

AS CONTRIBUIÇÕES RECENTES DAS INVESTIGAÇÕES SOBRE DITADURA, REPRESSÃO E LUTA SOCIAL NO MEIO RURAL BRASILEIRO

ALESSANDRA GASPAROTTO

FABRÍCIO TELÓ

GABRIEL DA SILVA TEIXEIRA

Em 2022, completaram-se 10 anos da instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Apesar dos limites e contradições que permearam sua existência, os trabalhos da CNV ofereceram inegáveis contribuições às discussões sobre o golpe civil e militar de 1964 e seus impactos no conjunto da sociedade, bem como sobre as implicações de fatos ainda ocorridos naquele período ainda não resolvidos nos dias atuais.¹

Essas contribuições tiveram enorme visibilidade, bem como deram fôlego renovado à militância política que atuava nos temas de memória, justiça e reparação. A partir da instalação da CNV, alguns governos estaduais, prefeituras, universidades, sindicatos, entidades de classe e da sociedade civil instalaram suas próprias comissões da verdade, dinamizando e oxigenando ainda mais os debates sobre o golpe e as implicações da ditadura militar. Os trabalhos da comissão tiveram desdobramentos também no meio acadêmico, com a atualização de inúmeros debates e com o estímulo a novas pesquisas e a utilização de novas abordagens sobre o processo ditatorial.

Um desses debates, renovado pela enorme mobilização e efervescência da conjuntura, foi o da relação do golpe civil-militar de 1964 com o meio rural brasileiro e com a diversidade de sujeitos e grupos sociais que o compõem. Movimentos sociais e sindicais rurais do campo, das águas e das florestas se reuniram

¹ Não por acaso, de lá para cá, assistimos a sucessivos eventos que unem passado e presente, a começar pelo *impeachment* que golpeou Dilma Rousseff tirando-a da Presidência da República; os escândalos envolvendo políticos, empresários e militares de altas patentes das Forças Armadas; perseguições a militantes, pesquisadores e personalidades; além de ameaças e ataques crescentes à ordem democrática.

² A deliberação pela criação de uma Comissão Camponesa se deu no Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, organizado por Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Cáritas Brasileira, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Brasil), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf) e Via Campesina Brasil.

³ Um dos grupos temáticos da CNV era o grupo de trabalho Camponeses e indígenas, coordenado pela comissionada Maria Rita Kehl e principal locus de interlocução da CCV.

⁴ Ver *Comissão Camponesa da Verdade. Relatório final. Violações de direitos no campo, 1946 a 1988* (2015).

no final ano de 2012 e deliberaram pela constituição de uma comissão própria, com o intuito de incidir no debate, inclusive sobre a CNV, como uma espécie de assessoria especializada, com vistas a oferecer contribuições a partir do resgate de episódios e outras informações sobre situações de violações no meio rural². Foi assim criada a Comissão Camponesa da Verdade (CCV), composta por assessores sindicais, assessores de órgãos de governo, pesquisadores e alguns militantes de movimentos sociais, inicialmente com a tarefa de atuar em contato direto com a CNV.

Com o tempo, e sobretudo a partir das limitações do diálogo com a CNV³, a CCV decidiu por produzir e divulgar um relatório próprio, publicado pelo Senado Federal no ano de 2015, com mais de seiscentas páginas, relatando dezenas de episódios oriundos de todas as regiões do país⁴. Para os objetivos deste dossiê, interessa-nos destacar e refletir sobre o conjunto relativamente amplo e instigante de contribuições que essas e outras investigações têm apontado.

Destacamos, por exemplo, as limitações da ênfase que a CNV atribuiu àqueles casos que tinham alguma relação com atuação dos grupos de luta armada no meio rural brasileiro; ou àqueles que contaram com atuação destacada de militantes partidários de esquerda. A diversidade de lutas sociais camponesas, gestadas nos próprios cotidianos rurais de várias regiões brasileiras, sequer foram consideradas – quando muito eram conhecidas – pela CNV.

A título de exemplo, o levantamento realizado por Gilney Viana, então assessor da Secretaria de Direitos Humanos (BRASIL, 2013), chegou ao número de 1196 camponeses mortos ou desaparecidos entre os anos de 1961-1988, ao passo que a CNV, em seu relatório final, reconheceu, ao todo, 431 mortos e desaparecidos, dos quais somente 41 eram camponeses.

Um dos motivos pelos quais os camponeses eram perseguidos é o fato de que a ditadura explorou a associação entre luta por reforma agrária e “comunismo”, a ideologia que

os militares se empenharam em combater. A atribuição da pecha de comunista em quem demandava terra encorajou ainda mais as oligarquias agrárias a adotarem práticas de violência contra camponeses envolvidos na luta pelo acesso à terra.

As limitações da CNV não expressam apenas um desconhecimento da diversidade de casos e de situações de conflitos no meio rural brasileiro. Elas expõem também a existência de olhares distintos, dentro do próprio campo progressista, dos significados e impactos da ditadura, além da necessidade de novas investigações sobre os caminhos assumidos pela luta e pela resistência social no campo. Apesar da enorme repressão, da desarticulação e do isolamento das lutas sociais e da perseguição instaurada pelos governos militares e seus apoiadores, homens e mulheres de diversas regiões rurais brasileiras foram capazes de resistir, com maior ou menor intensidade, às ameaças contrárias aos seus territórios, seus modos de vida e direitos conquistados ao longo dos anos anteriores.

Do mesmo modo, uma análise restrita a episódios específicos dificulta a compreensão da diversidade de dinâmicas conflituvas animadas pelos governos ditatoriais no meio rural brasileiro, que vai da construção e/ou duplicação de estradas país adentro, a programas de estímulo à modernização agropecuária nacional; pela expansão de inúmeras fronteiras agropecuárias, como expansão na região Centro-Oeste ou Norte do país; grandes obras de infraestrutura, como a construção de barragens e usinas hidrelétricas; ou os estímulos expressivos voltados à “ocupação” da Amazônia; ou, ainda, os inúmeros projetos minerários e energéticos; os projetos de desenvolvimentos urbano-industrial que desencadearam fluxos migratórios expressivos em diversas regiões do Brasil; além dos projetos de colonização em áreas de tensão e/ou interesse dos governos militares e/ou seus apoiadores.

Esse conjunto amplo e diversificado de contextos pressupõe também uma diversidade de processos conflituivos, de atores sociais e políticos, de demandas e, conseqüentemente, de formas de resistência. Essa diversidade de dinâmicas conflituvas une,

de maneiras específicas, os governos militares e os diferentes grupos civis que lhes davam apoio, como os representantes de interesses multinacionais, empresários nacionais, fazendeiros e proprietários.

Nesse sentido, a investigação de eventuais episódios envolvendo a cumplicidade entre empresários rurais e militares merece aprofundamento, pois casos de cumplicidade entre Estado e grupos civis apontam para uma dificuldade em demarcar, nitidamente, aquilo que seria uma violência de Estado e aquilo que seria uma violência patronal. A violência era praticada tanto por agentes do Estado (militares e membros das polícias), como agentes privados estimulados pela omissão do Estado ou em parceria com ele. A CCV chamou esse processo de parceria Estado-latifúndio (CCV, 2015).

Por ser um elemento estrutural das relações sociais no campo, a violência não cessou com o fim da ditadura. Ao contrário, com o aumento das mobilizações por reforma agrária possibilitadas pela redemocratização, a partir dos anos 1980, houve um aumento da violência, decorrente da reação organizada da classe patronal preocupada em perder privilégios. De acordo com os levantamentos anuais da Comissão Pastoral da Terra, de 1985 até 2022, foram mortas, no campo, 2.071 pessoas em decorrência de conflitos fundiários, trabalhistas e por água.

Por meio da União Democrática Ruralista (UDR), as oligarquias agrárias criaram milícias rurais para “defender suas fazendas da reforma agrária e das invasões”, o que significa, em última instância, assassinar lideranças camponesas empenhadas na luta por reforma agrária. Bruno (1996) demonstra como a UDR contou com o apoio de importantes lideranças políticas à época, como o Senador Saldanha Derzi, que, em uma declaração pública, afirmou: “Como vamos desarmar os pobres proprietários, se o único meio de defesa deles é sua arma, para impedir que sejam massacrados (...) Armemos os proprietários rurais para eles se defenderem” (Bruno, 1996: 76).

Segundo Bruno (1996, p. 76), “a ação dos fazendeiros e das milícias e as manifestações de apoio à violência frente à timidez do governo com a mobilização dos proprietários de terra foram fatores que possibilitaram à UDR legitimar como prática o uso da violência”. Embora a UDR tenha se dissolvido no início dos anos 1990, a classe patronal rural continuou utilizando a violência como expediente rotineiro.

Além da dimensão estrutural, a violência no campo faz parte da cultura política brasileira. Franco (1997) mostrou como as práticas de violência se tornaram parte de um padrão de comportamento que não apenas aceita essas práticas, como também as sanciona positivamente. A autora aponta para um “código do sertão” em que a violência é parte de um modelo de conduta legitimado socialmente. Ao não atuar para evitar atos violentos, as instituições de Estado acabam por contribuir para a legitimação e a conseqüente reprodução dessas práticas.

Pesquisas recentes realizadas em outros contextos descortinam ainda mais essas dinâmicas de relação Estado-latifúndio. No estado de São Paulo, por exemplo, sobretudo nas regiões de acesso e no entorno da região metropolitana, as investigações apontaram filhos de ministros e de políticos influentes envolvidos em toda sorte de situações de grilagem e/ou de jagunçagem contra populações rurais⁵. Nesses casos, as terras próximas aos centros urbanos e industriais ganharam importância econômica, para fins logísticos ou mesmo para especulação imobiliária.

⁵ Ver Teixeira (2020).

No Pará, já no contexto das políticas de ocupação e “desenvolvimento” da Amazônia, empresários e seus parentes, junto à militares, se irmanaram em empreendimentos conjuntos, trocando favores, usufruindo de benefícios políticos e econômicos únicos, contando com apoios materiais e institucionais, com vistas a reprimir quaisquer populações tradicionais, originárias e camponesas que pudessem obstaculizar seus negócios (CAAF, 2023).

Nessas e em outras situações, as fronteiras entre o público e o privado tornam-se tênues, o que tem implicações óbvias para a

pesquisa acadêmica e para investigações que tenham por objetivo a reparação de atingidos e a responsabilização dos culpados. Para cada episódio repressivo contra populações rurais documentado pelas agências estatais de vigilância e monitoramento, há outros tantos que sequer foram documentados, quando não contaram com a omissão total. Nesse sentido, até a identificação das vítimas torna-se um desafio adicional.

Não temos a pretensão de esgotar, nesta apresentação, as inúmeras contribuições oriundas dos trabalhos da CCV e das demais investigações que se sucederam nos últimos doze anos. Os artigos que compõem este dossiê dão conta de apresentar faces de um conjunto amplo de problemáticas e reflexões sobre o período ditatorial e sua relação específica com o meio rural e com as populações camponesas, originárias e tradicionais de várias regiões brasileiras e latinas.

Assim, a título de abertura, o primeiro artigo deste dossiê apresenta uma entrevista realizada com Leonilde Medeiros, Sérgio Sauer, Regina Coelly e Cleanice Porto, grupo que protagonizou o núcleo duro à frente dos trabalhos da CCV desde a sua fundação, no ano de 2012⁶. Os entrevistados discutem os rumos dos trabalhos da CCV, os limites e as contradições do diálogo com a CNV, bem como apresentam um balanço das principais contribuições da CCV em seu relatório final.

O texto de Gabriel Bastos trata das dinâmicas memorialísticas sobre o golpe na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. O autor elabora críticas às periodizações que, usualmente, são atribuídas à ditadura brasileira e que desconsideram a temporalidade dos padrões de violência e de repressão específicos das áreas rurais. Reflete ainda sobre a utilização indiscriminada de noções como a de “graves violações de direitos humanos” que, na avaliação desse autor, contribuem para o silenciamento e a invisibilização de outras formas de violência que compuseram o cotidiano rural brasileiro durante a ditadura.

O artigo de Silvia Brandão aborda a repressão contra populações indígenas, apontando para as especificidades

⁶ Gilney Viana foi outra figura relevante nos trabalhos da CCV, mas que, por questões de agenda, não participou da entrevista em questão.

culturais das diferentes etnias e para o modo como a ditadura significou, para elas, um epistemicídio deliberado. A autora destaca o papel do racismo e do colonialismo como fundamento da repressão “do outro” e também aporta críticas instigantes à noção de “graves violações de direitos humanos”, que não dá conta de ressaltar violências e violações de outras ordens, como aquelas propriamente simbólicas e culturais.

Noutro artigo, vemos um relato de Dercy Teles, importante liderança seringueira de Xapuri, no estado do Acre. O artigo mostra os caminhos pelos quais as comunidades dos seringais de Boa Vista resistiram e enfrentaram ameaças vindas das empresas levadas à Amazônia pela ditadura. Destaca o papel da militância católica que, apoiando eleições de novas direções de sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), funcionou como fator de organização de várias comunidades da região. O ponto alto desse artigo é a reflexão sobre o protagonismo de mulheres na luta política nos seringais da região bem como as iniciativas, por elas coordenadas, que auxiliam na organização comunitária, considerando suas dificuldades de atuação, em razão de serem mulheres à frente de entidades sindicais e/ou civis; o modo como a ditadura subestimava o protagonismo de mulheres, investigando homens, maridos de lideranças, como se esses fossem os articuladores de iniciativas na região; e mesmo as iniciativas realizadas pelas mulheres.

Preocupações semelhantes rondam o texto de Annagesse Feitosa, que analisa dinâmicas conflitivas no estado do Maranhão durante a década de 1970. A autora aponta que, lá, a violência se manifestou de diversas formas: desde prisões, torturas e espancamentos, até situações que comprometiam o controle dos bens e/ou recursos fundamentais para a produção e a reprodução social das famílias, além daquelas que envolviam os aspectos morais. A autora chega a nomear essas violações como “violências como redução do ser”. Ao tentar remontar episódios por meio de documentos dos órgãos de vigilância e repressão, a autora aporta também contribuições de ordem metodológica, ao problematizar

algumas limitações das fontes consultadas. Ela mostra que alguns documentos eram o resultado final de todo um trajeto de armações e encenações, ou que transcreviam interrogatórios feitos sob tortura, em que torturado, eventualmente, confirmava toda a sorte de informações artificiais plantadas por seus torturadores.

Milena Ayla, Suzi Theodoro e Kelci Pereira, em seu artigo sobre conflitos ocorridos em regiões do cerrado piauiense, também aborda os protagonismos comunitário e feminino na defesa dos territórios e dos modos de vida tradicionais. A autora se debruça sobre os projetos de colonização realizados pelo governo federal, durante a década de 1980, em porções do cerrado piauiense, bem como o modo como esses projetos, muitas vezes, se sobrepunham às comunidades tradicionais da região, dando início a inúmeros conflitos. A autora reconstrói episódios em que mulheres quebradeiras de coco defenderam matas de cocais coletivos. Mostra também o limite de ações desse tipo, que sempre portam riscos e cálculos por parte de quem as pratica.

Joana D'Arc Ferraz descreve as alianças entre empresários e militares, no caso da expansão da Aracruz Celulose, identificando os três principais grupos atingidos: indígenas Tupinikim e Guarani (residentes no município de Aracruz/ES) e quilombolas do Sapê do Norte (residentes nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra/ES), além dos trabalhadores da empresa – muitos deles de origem campesina, indígena ou quilombola. Apoiados diretamente pelo governo militar, empresários e militares teriam prendido arbitrariamente as populações locais como forma de obter terras indígenas nas regiões de sua atuação.

Por fim, temos a discussão de Constanza Cattaneo sobre cartografar memórias da resistência, um instigante recorte que nos provoca a ler os episódios brasileiros também pela ótica da memória visual, geográfica e espacial relacionada a resistência dos trabalhadores, conforme explora em seu trabalho sobre os trabalhadores do Engenho Santa Lucia, em Tucumán, na

Argentina, durante a década de 1960. A autora remonta e documenta os processos de resistência movidos pela população de Santa Lucia, por meio de greves e organização de sindicatos, dando o tom das disputas com os patrões. Estes, por sua vez, bastante influentes na região, reagiram direta e indiretamente às pressões dos trabalhadores, ora reprimindo direta ou indiretamente os trabalhadores, ora apoiando a repressão de terceiros (militares em sua maioria) e, posteriormente, reformulando todo o processo de trabalho, com vistas a controlá-lo mais e, da mesma forma, os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Gilney Amorim Viana (Coord.). Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

BRUNO, R. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. *Revista Do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 0, n. 40, p. 69, 1996.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Violações de direitos no campo: 1946 a 1988*. Relatório final. Brasília: Dex-Unb, 2015.

FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997.

TEIXEIRA G. S. Episódios de repressão numa área rural paulista: contribuições desde o Vale do Ribeira para a história social da ditadura brasileira. In: SAUER, Sérgio (Org.). *Lutas, memórias e violações no campo brasileiro. Conflitos, repressão e resistências no passado e presente*. São Paulo: Outras Expressões, 2020, v. 1, p. 153-170.

TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília (Coord.). *Projeto A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura*. Informe Público. CENTRO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA FORENSE (CAAF). Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, 2023. Disponível em https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf. Acesso em: maio de 2024.

ALESSANDRA GASPAROTTO – Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas - Brasil.

FABRÍCIO TELÓ - Professor de Sociologia da Kwantlen Polytechnic University - Canadá.

GABRIEL DA SILVA TEIXEIRA - Professor, pesquisador do Centro de Estudos Rurais, da Universidade Estadual de Campinas - Brasil e da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).